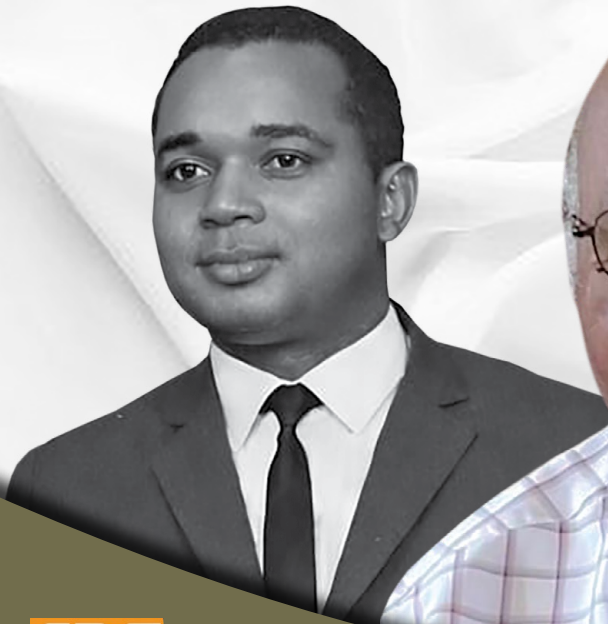


LEANDRO PAUL

90 ANOS

VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



FICHA TÉCNICA

- Título:** 90 Anos: Vida e Memórias de João Correia
- Escrito por:** Leandro Paul
- Revisto por:** Ana Maria Fernandes
- Paginado por:** Henrique Machava
- Fotos digitalizadas por:** Michel Zita
- 1ª edição:** 2026 (versão PDF)
- Nº de registo legal:** DL/BNM/2209/2025
- Editora:** FDS-Fim de Semana, Lda.
Av. 25 de Setembro, 1123, 1º andar,
sala D, Maputo – Moçambique
(+258) 82 3007740 – 84 3007740
leandropaul@fimdesemana.co.mz
- Direitos reservados:** ©João Correia

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
CAPÍTULO 1	
INFÂNCIA E RAÍZES FAMILIARES	5
CAPÍTULO 2	
ADOLESCÊNCIA E VIDA FAMILIAR	11
CAPÍTULO 3	
FORMAÇÃO E JUVENTUDE	17
CAPÍTULO 4	
INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL	23
CAPÍTULO 5	
O ENCONTRO E A VIDA A DOIS	29
CAPÍTULO 6	
EM QUELIMANE, TERRA DOS BONS SINAIS	35
CAPÍTULO 7	
LIÇÕES APRENDIDAS EM INHAMINGA	43
CAPÍTULO 8	
A PRIMEIRA VEZ NA CIDADE DA BEIRA	51
CAPÍTULO 9	
A CHEGADA A INHAMBANE E O PESO DA RESPONSABILIDADE	59
CAPÍTULO 10	
REGRESSO À BEIRA E O OFÍCIO DA LEI	69
POSFÁCIO	
UMA PALAVRA ÀS NOVAS GERAÇÕES	77

Agradecimentos

Obrigado, meu Deus, por me ter criado e realizado muitas coisas através de mim.

Obrigado, minha mãe do Céu, Maria, por ter intercedido a muitos pedidos meus junto do seu filho Jesus.

Obrigado aos meus pais por terem aceite o desafio de Deus de me trazer ao mundo e não me terem abandonado, mesmo nos momentos difíceis da vossa vida.

Obrigado aos meus avós por me terem acolhido num momento difícil da minha vida, dando-me conforto, amor e educação.

Obrigada aos meus tios por tudo o que fizeram, cada um à sua maneira, para que eu seja o que sou hoje.

Obrigado à minha esposa Hermínia pelo amor, lar e filhos que me deu.

Obrigado também aos meus filhos e netos por tudo o que têm feito.

Obrigado a todas as pessoas que, nos momentos difíceis da minha vida, me ajudaram com conselhos, atitudes, por me terem aberto portas e confiado na minha palavra.

Por fim, agradeço muito à Igreja Católica, pelos ensinamentos que recebi. Falarei sobre isso com muito mais detalhe no próximo volume.

CAPÍTULO 1

INFÂNCIA E RAÍZES FAMILIARES

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Avó Ana Maria



Baptizado
de João Correia

INFÂNCIA E RAÍZES FAMILIARES

Nasci a 30 de Janeiro de 1936, no Hospital Miguel Bombarda, hoje Hospital Central de Maputo, na então cidade de Lourenço Marques. Os meus pais viviam na Malhangalene, numa casa de madeira e zinco, grande e elevada, atrás do actual Asilo Santo António, porque na época das chuvas as cheias eram frequentes e a água passava em abundância.

O meu pai, Francisco João de Sousa Correia, trabalhava como operário dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), na especialidade de caldeireiro de cobre, habituado ao calor das fornalhas e ao som metálico do trabalho. A minha mãe, Laurinda Poufo, era dona de casa, uma mulher simples, mas muito determinada. Dois anos depois do meu nascimento, veio ao mundo o meu irmão, Fernandes Francisco Correia.

Recordo-me bem de um episódio que marcou os primeiros anos da nossa vida familiar: o meu pai participou na primeira greve dos Caminhos de Ferro, em Lourenço Marques e, por causa disso, foi expulso. A perda do emprego tornou a nossa vida bastante difícil pois, a partir daí, o meu pai começou a trabalhar por conta própria, em pequenas obras e, com o tempo, os meus pais acabaram por se separar.

A minha mãe levou-nos, a mim e ao meu irmão, para a Catembe. Eu teria então uns cinco ou seis anos. A travessia para esse novo destino foi também o início de uma outra vida. Na Catembe, a mãe tinha uma pequena machamba e, com esforço e teimosia, fez dela o sustento da casa. Nunca soube ao certo se o meu pai a ajudava ou não.

Quando chegou o tempo da escola, matriculou-me na Missão Católica de Viana, na Catembe. Para lá chegar, o

caminho era longo e exigente, pois caminhávamos muito e, em certos dias, era preciso atravessar rios a nado. Tirávamos a roupa, enrolávamo-la na cabeça e seguíamos para o outro lado, desafiando o frio e a corrente, apenas com a vontade de aprender. Hoje, penso muitas vezes que a juventude de agora não imagina o esforço que, naquele tempo, era preciso fazer para estudarmos.

A dada altura, o meu pai achou por bem trazer-me de volta a Lourenço Marques e levou-me a viver na casa dos meus avós paternos, em Mavalane. Foi ali que as minhas raízes familiares ganharam outra forma e sentido.

O meu avô João Joaquim Fernandes, de origem goesa, havia nascido na Índia e veio para Moçambique, onde se tornou um comerciante respeitado. A família misturava as cores da Índia e de Moçambique. O avô era o pilar da família, um homem de prestígio, com muitos contactos e uma vida que se dividia entre dois continentes. Tinha deixado esposa e filhos na Índia e, em Moçambique, teve outros sete filhos, seis dos quais vivos, com a minha avó Ana Maria Tumbulugwana, filha de um indiano e de uma moçambicana. Por ainda estar oficialmente casado na Índia, nunca pôde casar-se de novo nem registar oficialmente os filhos moçambicanos. Estes foram registados por padrinhos, tendo alguns deles dado os seus apelidos, caso do meu pai que levou o apelido de Correia em vez de Fernandes como alguns irmãos.

Passei então a viver com estes meus avós. Uma minha prima, a Maria, estudava na Escola Missionária da Munhuana e, por isso, os meus avós decidiram que eu também devia frequentá-la. Estava a iniciar o ensino primário e tudo à minha volta parecia novo e vasto.

Mais tarde, a minha avó inscreveu-me na Escola Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, ao lado

do edifício que hoje é a Escola Técnica 1.º de Maio, na Avenida Sekou Touré. Eu fui batizado nessa mesma paróquia com dois ou três anos e regressar ali teve para mim um significado simbólico.

Naquela escola encontrei um professor que me marcou para sempre, António Bonhana, homem competente e paciente, formado na Escola de Artes e Ofícios da Moamba.

Na altura, os professores acompanhavam os alunos da primeira à quarta classe, tornando-se quase parte da família. O professor Bonhana era exigente, sobretudo em matemática, disciplina pela qual sempre tive grande facilidade. A escola, contudo, acabou por encerrar quando eu estava na segunda classe. A Igreja decidiu que já não havia necessidade de manter aquele ensino, pois surgiam escolas oficiais mais próximas. Fui então transferido para a Escola João de Brito, na Malhangalene.

Lembro-me de que, nessa altura, eu vivia em Mavalane e para ir à Escola Paroquial usava o carro que transportava a tripulação dos aviões da DETA que me deixava ao pé do cemitério São Francisco Xavier, na antiga Avenida Pinheiro Chagas. Quando passei para a Escola João de Brito, na Malhangalene, era um pouco mais perto de casa, mas foi muito duro para uma criança passar por caminhos em que quase ninguém circulava.

Hoje, quando penso nesse percurso, pergunto-me como uma criança sozinha conseguia, dia após dia, enfrentar o calor e o frio, o pó e o cansaço.

Mas eram outros tempos, de coragem e de resistência, em que o dever de aprender era mais forte do que o medo ou o desconforto.

CAPÍTULO 2

ADOLESCÊNCIA E VIDA FAMILIAR

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Pai de João Correia
na machamba,
no Albasini



ADOLESCÊNCIA E VIDA FAMILIAR

Quando vivia com os meus avós paternos, em Mavalane, a casa era também a loja da família, um lugar cheio de vida, de vozes e de aromas. Tudo se misturava, desde o tilintar das moedas, o cheiro do pão, o murmúrio dos clientes e o ranger das portas de madeira. Era ali o centro do pequeno mundo da família Fernandes.

O meu avô já não atendia ao balcão. Ele permanecia sentado na sua cadeira de descanso, sereno, com o olhar atento de quem tudo observa e tudo entende. Quem geria a loja era o meu tio Silveira, homem de trato firme e palavra segura, que acabaria por ser um segundo pai para mim.

Eu próprio, ainda com doze ou treze anos, já tinha pequenas responsabilidades. Era eu quem recebia o padeiro de madrugada, conferia o pão e voltava a fechar a porta. Também cabia a mim fazer algumas compras para a loja, tais como massas alimentícias na fábrica, a manteiga no comboio-correio que vinha de Joanesburgo, tarefas que me faziam sentir útil e crescido.

Nessa altura, cheguei mesmo a conduzir uma carroça puxada por uma mula, levando bagaço da loja do meu avô até à casa de um criador de suínos. Recordo-me, até hoje, deste homem, de trabalho incansável, que também comprava peixe na praia e o vendia no mercado de Xipamanine e, no regresso, aproveitava as folhas verdes rejeitadas naquele mercado, pondo-as num saco, que transportava à cabeça, para alimentar os seus suínos. O seu esforço e dedicação ao trabalho eram tantos que, com o tempo, conseguiu construir uma casa de alvenaria e educar os filhos, até ao ensino secundário, um feito notável para a época. Muitos anos mais tarde, um dos

filhos deste criador apareceu em minha casa. Ao falar com a minha esposa, usou o nome antigo do meu avô: "O senhor Maguinghana está?", perguntou. A Hermínia sorriu e respondeu: "Vou já chamá-lo".

Maguinghana assim chamavam ao meu avô, pois ele não gostava de nhangana. O nome ficou-lhe, como ficam certas alcunhas que o tempo transforma em afecto.

Ainda adolescente, eu também era o responsável por contratar empregados domésticos para a casa e para a loja. Ia aos Transportes Oliveiras, onde se reuniam homens e rapazes vindos de Gaza à procura de trabalho na cidade. Eram pessoas humildes, muitas vezes sem dinheiro nem para a passagem. A empresa cobrava o bilhete ao patrão que os contratasse. Depois, eu tinha ainda de levá-los até à Administração, para assim poderem ter uma caderneta de trabalho. Deste modo, aprendi, desde muito cedo, o sentido da confiança e da responsabilidade.

Entre os meus familiares, lembro-me em particular do meu tio Frederico, um homem de ideias rápidas e muito empreendedor. Pediu ao meu avô ajuda para comprar um camião e começou a trabalhar na praça, transportando carvão, lenha e estacas. Foi o início da sua independência. Eu próprio cheguei a vender, com ele, estacas perto da zona do Silex, aprendendo o valor do esforço honesto.

Entretanto, viria a ocorrer algo que mudaria a minha vida, de pernas para o ar. Durante umas férias na Catembe junto à minha mãe, ao regressar soube que a loja de Mavalane havia sido encerrada. Assim, sem mais nem menos. Levaram-me para outra casa, por detrás do antigo cinema Império, perto de uma fábrica de pregos, onde já viviam o meu tio Silveira e a minha avó. Disseram-me que o meu avô viajara para a Índia para visitar a família que lá deixara. Mais tarde, percebi que não era verdade.

A vida naquela nova casa foi mais difícil. Creio que o meu avô deixou algum dinheiro ao meu tio, o suficiente para comprar a casa e manter o lar, mas a bonança durou pouco. Passámos a vender água potável à vizinhança, uma forma de garantir o sustento.

Com o tempo, porém, a harmonia doméstica foi-se desvanecendo. O meu tio Frederico, que nos ajudava nas despesas, começou a queixar-se de ter de sustentar o "filho do irmão", neste caso, eu. As palavras dele criaram tensões que não se esqueceram facilmente. O meu pai continuava a enfrentar dificuldades, ajudando apenas quando podia. O conflito cresceu até que fui obrigado a sair daquela casa. O meu tio Silveira acompanhou-me nessa minha saída e juntos fomos viver para uma casa de madeira e zinco em Mavalane, propriedade do meu pai. Pouco tempo depois, o meu pai ampliou a sua própria casa, nas Lagoas, e eu e o meu irmão passámos a viver com ele, já em melhores condições.

Foi nesse período que percebi algo sobre a vida do meu pai. Descobri que ele mantinha um relacionamento discreto com uma outra mulher. Um dia, tomei coragem e disse-lhe: *- Pai, se isso é da sua vontade, traz essa mulher para dentro de casa. Acaba com essa vida às escondidas.*

Trouxe a Dona Maria para casa e foi quando o meu pai arranhou trabalho na Açucareira de Xinavane. Mais tarde, voltou para os Caminhos de Ferro, onde trabalhou até à reforma.

Meu pai era um homem de princípios, mas também de uma grande humanidade. Trabalhador, engenhoso, cheio de ideias. Lembro-me de o ver plantar bananeiras e de como combinava com os maquinistas dos comboios da linha do Limpopo, seus colegas, para transportar a produção e pagava-lhes com cachos de banana. O meu pai sofria de

asma e havia noites que passava em claro. A Dona Maria tratou dele muito bem, até à sua morte.

Foi também nessa fase que enfrentei uma das dores mais profundas da juventude: a morte da minha avó paterna. Tinha treze ou catorze anos e coube a mim, pela primeira vez, a tarefa de dar a notícia à filha dela, minha tia, que vivia nas Mahotas. Recordo-me da caminhada, do silêncio e do peso das palavras que trazia comigo. Foi o meu primeiro contacto com a perda humana e marcou-me por toda a vida adulta. Fiquei a dever tanto a esta minha avó paterna, Ana Maria Tumbulugwana, que o meu primeiro salário gastei-o a mandar fazer uma campa de granito, mais tarde de mármore, para preservar a sua memória.

Houve, porém, momentos de ternura. Vivi durante algum tempo com uma das minhas tias que me tratava como filho. O marido dela era camionista e juntos formavam um casal respeitado. Recordo-me do dia do casamento: o cortejo seguia a pé, com uma banda musical, desde a Igreja da Munhuana até Mavalane, uma procissão alegre, colorida e vibrante. Nesse tempo, não havia cortejos de carros, com piscas e buzinas como hoje. Mais tarde, o casal separou-se por não conseguir ter filhos e cada um refez a vida com novos companheiros. Ironia do destino, ambos acabaram por ser pais de diversos filhos, cada um nos seus novos lares, talvez uma forma de a vida lhes devolver o que antes negara.

Esses anos de juventude ensinaram-me muito sobre a fragilidade das coisas, mas também sobre a força do recomeço.

Aprendi que as casas mudam, as pessoas afastam-se, mas o carácter constrói-se pouco a pouco, nas manhãs de trabalho, nas perdas silenciosas e nas pequenas alegrias do quotidiano.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO E JUVENTUDE

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Entre colegas e amigos durante a juventude



Associação de Futebol de Lourenço Marques

1.ª DIVISÃO

Licença N.º 161/58 Categoria Primeira

Clube

Nome João Francisco Fernandes Correia
Lourenço Marques, de de 19

O Director-Secretário,

1957 1958

Praticante de futebol desde jovem

FORMAÇÃO E JUVENTUDE

Depois de uma infância feita de mudanças e recomeços, chegou então o tempo da formação. Entrei na Escola Técnica Sá da Bandeira, hoje conhecida como Escola Industrial 1.º de Maio. Era um lugar de disciplina e ambição, dividido entre dois cursos: o comercial e o industrial. Fui admitido no curso comercial, talvez porque, desde cedo, percebi que o meu talento estava nas contas e no rigor das ideias.

Tive bons resultados desde o início e nunca precisei de explicador. Enquanto aguardava os resultados do exame de admissão, costumava passar o tempo na oficina de um primo com quem crescera em Mavalane. Ele foi aprendiz de mecânico e deixava-me observar, de perto, o trabalho dos motores e das ferramentas. Durante esse tempo, procurei também um trabalho. Um amigo pedreiro prometeu-me emprego, mas o contacto nunca se concretizou. Pouco depois, chegaram os resultados e fui chamado para iniciar o curso. A notícia trouxe-me alegria e uma sensação nova, a de que a vida começava a alinhar-se com a minha vontade.

A infância, contudo, havia deixado algumas marcas de instabilidade. Eu mudei de bairro tantas vezes que me tornei, por hábito, alguém em constante adaptação. Essa falta de enraizamento dificultava a criação de amizades duradouras. Só na Escola Comercial é que comecei a construir laços verdadeiros, de amizades que resistiriam ao tempo e à distância. Entre os colegas mais próximos estavam Lourenço Mutaca, Abdool Magid (da Casa Coimbra) e Alberto Massavanhane. Também partilhei a turma com Eneas Comiche, que, como se sabe, anos

depois, se tornaria uma figura importante na vida pública do nosso país.

Recordo-me particularmente do Alberto Massavanhane, que esteve na minha turma para ter apenas uma disciplina e era também professor do ensino primário na Escola da Munhuana à noite, mas também, mais tarde, professor em regime parcial. Era exigente, culto e de uma generosidade serena. O destino levou-o, já adulto, a ser presidente da Câmara de Lourenço Marques durante o Governo de Transição em 1974 e, mais tarde, presidente do Conselho Municipal de Maputo. Sempre que penso nele, vejo o mesmo sorriso de uma pessoa aplicada que conheci na escola.

O curso comercial da antiga reforma durava quatro anos. Alguns colegas precisavam de mais tempo, mas eu concluí-o dentro do prazo, com cerca de 19 anos de idade. Na altura, as turmas eram separadas por género, pois os rapazes estudavam contabilidade, cálculo e escrituração e as raparigas preparavam-se para ser dactilógrafas e secretárias. Era um reflexo do tempo, quando o destino de cada um parecia já traçado desde cedo.

Durante o curso, tive professores notáveis. Um deles, o professor Sousa Marques, dava à noite lições de despachante oficial a antigos alunos. Era um homem de saber vasto e generosidade discreta. Com ele aprendi a ler a economia através dos papéis, acerca de mercadorias, dos manifestos, dos documentos de importação e exportação. Era, de certo modo, o início de uma educação prática, o primeiro contacto com o funcionamento do país. Infelizmente, não concluí o curso, mas aprendi bastante.

Mas o que mais me marcou foram as lições da vida. Aconteceu num dia de prova do trimestre. Um colega

meu, ansioso e inseguro, pediu-me ajuda, não apenas explicações, mas que passasse a prova feita para ele copiar. Hesitei, mas acabei por aceitar. O professor percebeu e, no final, apanhou a minha prova nas mãos do outro. Ambos fomos expulsos da sala. Senti vergonha, não tanto pela punição, mas por ter falhado comigo mesmo. Algum tempo depois, voltei a cometer o mesmo erro. Uma colega, em desespero, pediu-me para lhe passar as respostas no exame de contabilidade. Disse-me que os pais não a deixariam casar antes de concluir o curso. Comovido, acreditei e cedi. Fui, novamente, apanhado.

Fui então expulso do exame, embora, graças à média das provas do ano, tenha sido admitido à oral. Lembro-me quando entrei na sala, nervoso, e o professor, que me conhecia bem, apresentou-me aos outros examinadores com um sorriso:

- Este é o meu melhor aluno de contabilidade!

Respondi a tudo com segurança e passei de ano. Mas a imprudência teve um preço, pois perdi o direito a um emprego reservado ao melhor aluno do curso. O lugar foi entregue ao segundo classificado, um ismaelita. Foi o primeiro golpe da juventude, o dia em que percebi que o mérito, por vezes, é vencido por circunstâncias. Com o tempo, aprendi a transformar o erro em lição. Continuei a ajudar os outros, mas de outro modo. Passei a ensinar para que compreendessem, não para que copiassem. Descobri a alegria de explicar, de ver o outro entender e, talvez, tenha sido ali que nasceu o meu gosto por transmitir conhecimento.

Os anos seguintes trouxeram reencontros e surpresas. Soube que o meu colega ismaelita emigrara para Portugal, onde os filhos abriram uma casa de moda para

homens. Os ismaelitas eram conhecidos pela sua união e solidariedade e havia quem dissesse que, quando deixavam um país era sinal de tempos difíceis e, quando regressavam, era porque a prosperidade voltara.

Também reencontrei Lourenço Mutaca, muitos anos depois, numa reunião. A directora nacional Janet Mondlane, sua chefe, ia apresentando os presentes um a um. Quando chegou a minha vez, o Lourenço olhou-me, levantou-se, abraçou-me e exclamou com surpresa genuína:

- Olha!... O João!

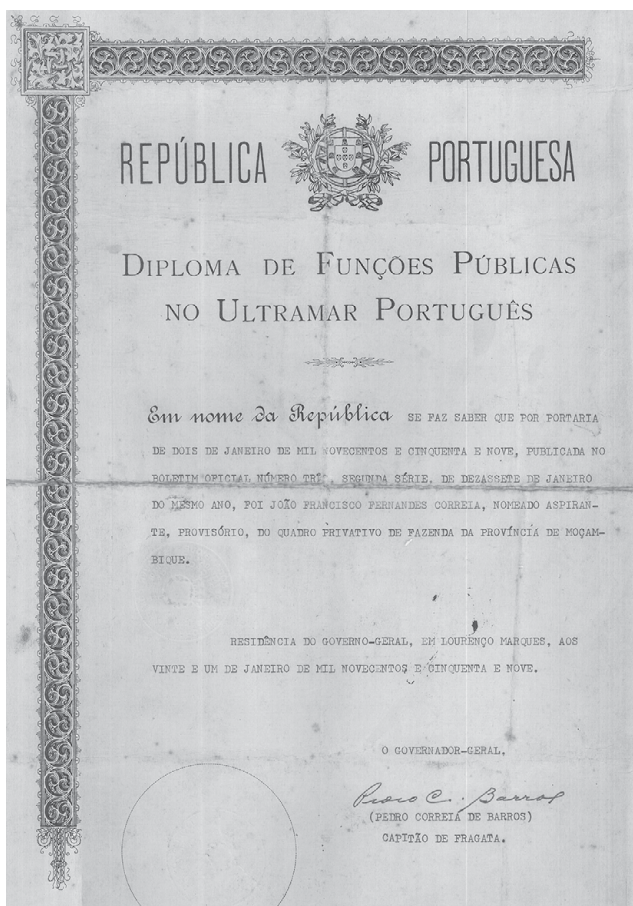
Foi um reencontro comovente. Conversámos como quem recupera um pedaço esquecido da juventude. Mais tarde soube que ele teve uma vida difícil. Após a morte do Presidente Eduardo Mondlane, muitos dos que estavam no exterior foram chamados a regressar, mas o Lourenço não o fez de imediato. Isso gerou desconfiança e sofreu bastante quando voltou. Chegou mesmo a ser colocado em Angónia que fica na província de Tete, faz fronteira com o Malawi e está localizada na parte noroeste. Esta província era usada como uma forma de isolamento e punição, quando não se acatavam as orientações superiores. Mas, mesmo assim, manteve-se digno, fiel aos seus princípios. Serviu Moçambique como diplomata, foi embaixador nos Países Baixos e deixou-nos o exemplo de uma vida coerente.

Quando concluí o curso comercial tinha dezanove anos. Segundo as normas da época, devia ingressar na tropa, mas não cheguei a fazê-lo por ter o curso comercial e não haver em Moçambique formação de oficiais. Na minha cédula militar consta que fui considerado apto para todo o serviço militar mas não incorporado por excesso de contingente.

CAPÍTULO 4

INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL

Concluído o curso comercial e dispensado do serviço militar, entrei numa fase de busca, de procura do meu primeiro emprego, da minha independência e, em certo sentido, de mim próprio. Durante algum tempo, sobrevivi dando explicações de ensino primário, o que me permitia manter alguma autonomia e, sobretudo, o sentimento de utilidade. Eram dias simples, de esperança contida, em que cada pequena conquista parecia anunciar um futuro possível.

Nas férias, voltava sempre à Catembe, para junto da minha mãe. Apesar de ter vivido muitos anos com os meus avós paternos, o Natal era, invariavelmente, com ela. A celebração era modesta, mas carregada de significado. Havia risos, partilha e, sobretudo, presença. Era uma alegria sem luxo, dessas que aquecem mais pela lembrança do que pelo que se tem à mesa.

Na casa dos meus avós, contudo, o Natal tinha outro peso, pois era um ritual de abundância e tradição. Escolhia-se um leitão e engordava-se durante semanas. No dia, preparava-se o sarapatel, prato goês de sabor intenso, confeccionado pelo senhor Leal, amigo antigo do meu avô. Dizia-se que o sarapatel dele era tão bom que durava um ano inteiro, graças ao vinho de qualidade com que era feito. Foi nessa época que comecei a beber vinho, tinha eu 12 anos. À mesa, todos tomavam um pequeno copo, gesto de pertença e de celebração. Desde então, nunca abandonei o hábito, mas sempre com moderação. Só uma vez, recordo, bebi um copo de vinho, depois de um jogo de futebol, na Namaacha. O sol estava muito forte, o entusiasmo era grande e bastou esse copo para ter, nesse dia, a primeira e única embriaguez da minha vida.

O futebol, aliás, foi uma constante na minha vida. Estava no sangue da família. Tios e primos tinham ligações ao Clube de Futebol João Albasini, filiado na Associação Africana de Futebol. Quando chegou a minha vez, decidi seguir o meu próprio caminho e fui jogar no Clube 1.º de Maio, perto da casa das Lagoas. Rompi, assim, com a tradição familiar, mas ganhei novas amizades.

O meu tio Frederico, dirigente do João Albasini, é que não ficou indiferente. Quis trazer-me de volta ao círculo familiar e colocou-me na direcção do clube, como tesoureiro. Lembro-me bem de uma festa que organizámos para angariar fundos, a música, o entusiasmo e o orgulho de ver a equipa crescer com o nosso esforço. Senti, talvez pela primeira vez, o gosto de gerir e ver resultados concretos, uma espécie de escola prática antes da vida profissional começar de verdade.

Entretanto, os tempos não eram fáceis para quem procurava emprego. A cidade de Lourenço Marques crescia e modernizava-se, vários bancos abriam as suas portas. Muitos amigos meus seguiram esse caminho, atraídos pelo prestígio e pela segurança que o trabalho bancário oferecia. Eu, porém, decidi seguir outro rumo. Quis algo mais ligado ao serviço público, à ideia de contribuir, de compreender como o país funcionava por dentro.

Candidatei-me, então, a ajudante de guarda-livros nas Obras Públicas. Fiz o exame e obtive a melhor nota entre todos os candidatos. A alegria foi grande, mas breve. Disseram-me que não havia verba disponível e ofereceram-me, então, um cargo temporário de escriturário eventual, com a condição de desistir do concurso para ser nomeado. Desempregado e esperançoso, aceitei. Só mais tarde percebi o que isso significava.

Pouco tempo depois, o concurso foi reaberto e o lugar de ajudante de guarda-livros foi entregue ao segundo

classificado, o filho dum antigo professor de contabilidade. Foi a primeira vez que senti, de forma directa, o peso do racismo e do favoritismo. Fiquei magoado, mas não revoltado. Aprendi que a injustiça, quando encarada com dignidade, pode tornar-se força silenciosa.

Trabalhei dois anos nas Obras Públicas, com empenho e discrição. Nunca me queixei. Ganhava pouco, mas aprendi muito, sobre a burocracia, o funcionamento das instituições e, sobretudo, sobre a paciência. O respeito que conquistei entre colegas foi o meu primeiro salário verdadeiro.

Mais tarde, abriu-se um concurso nas Finanças. Senti que era o meu caminho. Sempre tive interesse pela forma como o dinheiro circula, como as políticas moldam as cidades, como as decisões fiscais afectam a vida das pessoas. Dizia-se que quem trabalha nas Finanças pode influenciar o rumo de um país.

Havia um exemplo que gostava de contar: nessa altura, em Lourenço Marques, existiam muitos terrenos vazios, deixados à espera de valorização. Para combater essa especulação, as Finanças criaram um imposto progressivo sobre propriedades não edificadas. Quanto mais tempo o terreno ficasse por construir, maior era o valor a pagar. A medida obrigou os proprietários a erguer edificações ou vender e, assim, a cidade ganhou novas casas, novas ruas, nova vida. Esse tipo de decisão prática sempre me fascinou. Via nela o reflexo da boa governação, de forma simples, justa e transformadora.

Fui então nomeado aspirante nas Finanças, o primeiro degrau de uma carreira que só se consolidaria após cinco anos de serviço. Mas a nomeação implicava uma transferência para a cidade de Quelimane. Eu aceitei sem hesitar. Tinha aprendido que os caminhos que se abrem nem sempre são os mais próximos, mas são os que nos fazem crescer.

Alguns dirigentes do Clube 1.º de Maio tentaram convencer-me a ficar, sobretudo por causa do futebol, mas respondi com serenidade:

- Vou para onde me colocarem.

E fui. Parti com o entusiasmo de quem sente que a vida começa, enfim, a ganhar forma.

Foi assim que começou a minha vida profissional, feita de esforço, de paciência e da fé silenciosa de que o destino, por mais que demore, encontra sempre o caminho certo.

Gostaria de partilhar aqui um episódio que se passou quando fui às Finanças, em Lourenço Marques, ver os resultados do concurso para aspirante:

Encontrei, por acaso, um dos outros concorrentes que, com um amigo, foi também ver os resultados do mesmo concurso. Vimos que os dois tínhamos passado e sugeri que comemorássemos. Perguntaram-me aonde ir e eu disse: ao Café Scala. Ambos me responderam prontamente que não porque não podiam entrar. Disse-lhes que fôssemos porque comigo iriam entrar com certeza. Dito e feito, pois entrámos, sentámo-nos e fomos atendidos por uma servente que anotou prontamente os nossos pedidos, sem nenhum problema.

A partir de então ficámos amigos. Fomos nomeados aspirantes e os dois colocados em Quelimane, onde o casal teve uma filha. Fui convidado para ser padrinho de registo dessa menina. Aquando da minha nomeação como secretário da Repartição de Inhaminga, o meu colega foi nomeado secretário de Fazenda, no Ibo.

Voltámos a encontrar-nos, anos mais tarde, em Maputo e o casal pediu-nos para sermos padrinhos de casamento do filho. Claro que aceitámos. Esta relação não acaba aqui, será completada no segundo volume que oportunamente será publicado.

CAPÍTULO 5

O ENCONTRO E A VIDA A DOIS

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



O ENCONTRO E A VIDA A DOIS

Antes de eu prosseguir sobre o início da minha vida profissional em Quelimane, tenho de voltar um pouco atrás, para falar sobre o início do namoro com a Herminia, na Escola Comercial, em Lourenço Marques.

Ela era mais nova, tinha quinze, talvez dezasseis anos, e eu andava já pelos dezoito ou dezanove, prestes a terminar o curso. Estudávamos na mesma escola, mas em reformas diferentes, eu na antiga e ela na nova reforma. Era um tempo de mudança, com currículos diferentes, quando as raparigas começaram, finalmente, a ser admitidas em todos os cursos, deixando de estar confinadas apenas à dactilografia e aos trabalhos de secretariado. A Herminia fazia parte dessa nova geração de mulheres que abriam caminho num mundo ainda novo para elas.

Conheci-a por intermédio de uma amiga dela que vivia na Malhangalene. Lembro-me bem: a amiga apresentou-nos, com aquele ar cúmplice de quem já adivinha o futuro. No primeiro encontro, trocámos poucas palavras mas, nos dias seguintes, procurei saber por onde ela andava e parecia que o acaso fazia questão que nos cruzássemos a cada esquina. Ela percebia, claro que percebia e, embora disfarçasse, deixava-me aproximar.

Confesso que não foi o meu primeiro namoro. A juventude, curiosa e viva como se sabe, já me tinha trazido outras experiências, mas nenhuma como esta. Com a Herminia, senti, desde o início, que se tratava de algo diferente, pois havia serenidade, respeito e um entendimento natural entre nós. Foi um namoro limpo, paciente e cheio de significado. Durante seis anos caminhamos lado a lado, sem pressas nem desvios, conhecendo-nos com a tranquilidade de

quem constrói o amor com tempo. Só depois do casamento partilhámos a intimidade e, talvez por isso, a relação tenha resistido às provações de toda uma vida.

Quando terminei o curso e comecei a trabalhar é que o namoro se consolidou. Eu era já funcionário das Obras Públicas, mais tarde das Finanças, e a Hermínia continuava a estudar. Havia uma diferença de ritmo, mas partilhávamos o mesmo horizonte. Antes de nos comprometermos formalmente, quis fazer as coisas como mandava a tradição, pedindo a um tio meu que fosse à casa da família dela, falar em meu nome.

Foi assim que as duas famílias se encontraram. O meu tio era da família Sales e que, por laços de sangue e compadrio, estava também ligada aos pais da Herminia. O meu tio anunciou-se como vindo "em missão importante", em meu nome. Logo que o nome Sales foi pronunciado, a recepção foi imediata, pois as portas foram abertas, sorrisos, abraços e a certeza de que o pedido seria bem recebido.

Daquele dia em diante, o namoro deixou de ser segredo. Éramos oficialmente comprometidos. Coincidentemente, pouco tempo depois, fui nomeado para Quelimane, onde passaria a trabalhar como aspirante das Finanças. Como devem calcular, partir deixando o coração em Lourenço Marques, não foi fácil. Passámos dois anos separados, trocando cartas e notícias e, embora a distância fosse grande, o sentimento manteve-se firme. A fidelidade era, para nós, natural, como parte da educação e da própria ideia de amor.

Em Quelimane, embora a vida corresse bem, pois tinha um cargo estável e começava a conquistar respeito entre os colegas, sentia muito a falta dela. De vez em quando, sonhava com o reencontro. E isto aconteceu, finalmente, quando regresssei a Lourenço Marques, para tratar do casamento.

Casei-me com a Hermínia em 1961, numa cerimónia simples, mas cheia de alegria. Nessa altura, já era terceiro oficial das Finanças, com cargo definitivo, e já com algum dinheiro, pois, eu em Quelimane, estava a trabalhar também num escritório de contabilidade, nas horas livres. Fiz questão de preparar tudo com cuidado, desde o traje ao mais pequeno detalhe.

Fomos em lua-de-mel ao Hotel da Namaacha, onde ficámos quinze dias. Quinze dias inteiros de descanso e encantamento, como poucos poderiam permitir-se na época. Pagámos tudo com o fruto do nosso próprio trabalho e isso deu-nos uma grande sensação de orgulho.

Antes de voltar a Quelimane, comprámos mobília em Lourenço Marques, desde cadeiras, cama, louça a cortinas, tudo cuidadosamente embalado e enviado por carga marítima para Quelimane. Ficámos a residir numa casa grande, junto de um colega e amigo que trabalhava no banco, dividindo o espaço. Ficámos numa das partes da casa composta por quarto, sala de visitas, sala de jantar, cozinha, casa de banho e uma pequena varanda. No quintal, tínhamos uma garagem que servia de dormitório para o empregado. Era o nosso primeiro lar e parecia um palácio.

A Hermínia adaptou-se rapidamente à nova cidade. Enquanto eu trabalhava nas Finanças, ela organizava o lar com simplicidade e carinho. A casa enchia-se do cheiro das refeições que preparava, da música das manhãs e das conversas ao entardecer.

Foi em Quelimane que começou também a nossa família. Quando a Hermínia engravidou da nossa primeira filha, Ana Maria, viajou sozinha para Lourenço Marques para o parto, junto da família dela. Foi a sua primeira viagem de avião, numa dessas aeronaves antigas, os Dakota,

que faziam escala na Beira. Contou-me depois que, enquanto o novo terminal do aeroporto era construído, os passageiros esperavam à sombra da mafurreira. A importância deste aeroporto era tão grande que os aviões da TAP faziam, nessa altura, ligação entre Lisboa e a cidade da Beira. Só muito mais tarde é que fizeram ligação até Lourenço Marques.

Ana Maria - a quem demos o nome da minha falecida avó - nasceu com saúde e, três meses depois, mãe e filha regressaram, de navio, a Quelimane. Lembro-me bem do dia em que as vi chegar, a luz da tarde sobre o cais, o cansaço nos olhos dela e aquele sorriso sereno que me acompanhou durante toda a vida.

Quanto aos nomes dos nossos filhos, eu e a minha esposa, acordámos que seríamos nós a dar os nomes. Então demos o nome da minha avó Ana Maria Tumbulugwana à nossa primeira filha, ao segundo a Hermínia deu o nome de Hermínio, ao terceiro demos o nome de Maria João e ao quarto de Manuel Jorge, o nome do médico que acompanhou a gravidez. A Ana Maria e o Hermínio nasceram no mesmo dia e mês de anos diferentes, um em 1962 e o outro em 1964.

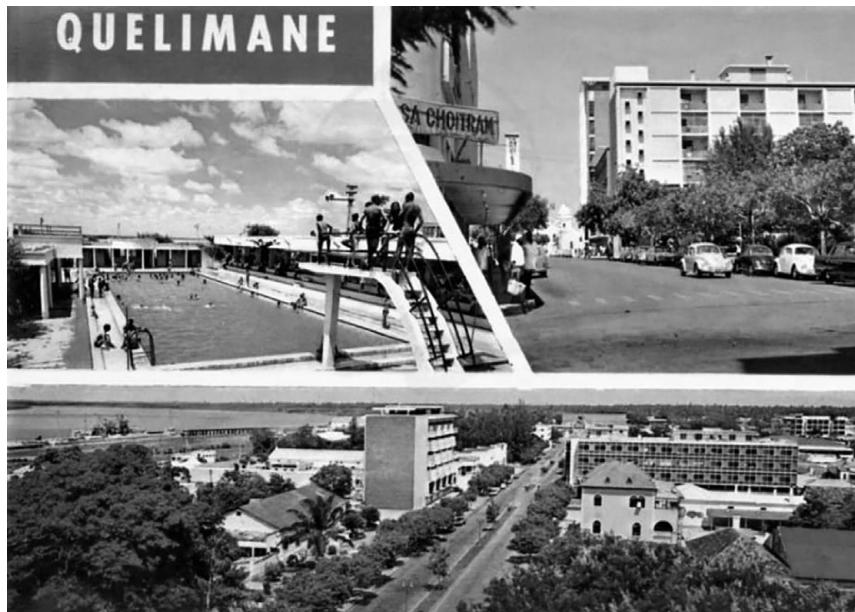
Foram anos de alegria e sacrifício. Trabalhávamos muito, mas havia amor e respeito, os dois pilares que sustentaram tudo o resto.

E mesmo quando as dificuldades se acumulavam, bastava olhar para a Hermínia e para a pequena Ana Maria para entender que, afinal, a felicidade é simples, pois nasce da partilha e cresce onde há ternura.

CAPÍTULO 6

EM QUELIMANE, TERRA DOS BONS SINAIS

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



EM QUELIMANE, TERRA DOS BONS SINAIS

A viagem entre Lourenço Marques e Quelimane foi feita num barco. As viagens de avião eram raras e caras e, por isso, as viagens por via terrestre ou a travessia marítima eram o caminho natural de quem ia servir o Estado em terras distantes. O navio fez escala na Beira, demorando quase três dias até chegar ao destino.

Durante a viagem, ocorreu um encontro inesperado que mudou o rumo dos meus primeiros dias em Quelimane: numa das refeições a bordo, um senhor aproximou-se, pediu licença para se sentar à minha mesa e, num tom cordial, apresentou-se como presidente do Sporting de Quelimane. Já tinha ouvido falar de mim, do jogador do 1.º de Maio de Lourenço Marques, e não tardou a propor-me amizade e algum apoio, lembrando-me que eu teria lugar cativo no seu clube.

Soube, durante a conversa, que também era médico e director do hospital distrital. Disse-me que não tinha de preocupar-me com o alojamento, que trataria pessoalmente de me instalar assim que chegássemos a terra.

E assim foi. Quando o navio fundeou na baía dos Bons Sinais, uma barça veio buscá-lo e seguimos juntos. Nessa altura, o navio tinha de ficar à espera de vez para atracar, por vezes até mais de um dia, pois poderia lá estar uma outra embarcação a fazer um carregamento de copra, uma das maiores riquezas da Zambézia, que tinha o maior palmar do mundo.

Cumpriu a promessa, pois arranjou-me um quarto numa pensão junto à direcção distrital da Fazenda e que era propriedade de um sportinguista. A simpatia

e a generosidade deste homem marcaram-me profundamente. Era um tempo em que os laços humanos valiam mais do que as formalidades e esse gesto de acolhimento deu-me o primeiro sentido de pertença em Quelimane.

Depois de instalado, apresentei-me ao serviço e comecei a trabalhar como aspirante na secção da despesa. A função parecia modesta, mas exigia responsabilidade e rigor. Eu recebia e distribuía o expediente referente à despesa de todo o distrito, tais como folhas de salários, pedidos de pagamento e relatórios de despesa. O chefe da secção analisava e distribuía os processos pelos funcionários, que verificavam se as contas estavam em conformidade com os registos. Depois da assinatura do director, tudo regressava às minhas mãos para ser devolvido aos serviços competentes. Era um trabalho de um principiante, mas muito minucioso e que sustentava o funcionamento de toda a Administração relativamente à despesa.

Foi nessa fase que aprendi o valor do serviço público. Lembro-me de um episódio que me marcou profundamente, quando um comerciante de origem indiana, um alfaiate, outrora próspero e agora falido, procurou-me quase em desespero, pedindo-me ajuda. Tinha fornecido fardamento aos serviços da Alfândega, mas o pagamento tardava e ele tinha contas por pagar, pedindo-me para que eu agilizasse aquele pagamento. Vi naquele homem, humilhado pela espera, o retrato de uma injustiça e percebi que o Estado devia mais respeito a quem trabalhava com dignidade. Desde esse dia, deixei de gostar daquele serviço de despesa. A minha sorte é que trabalhei pouco tempo nesta secção.

Em 1960, abriram-se concursos para terceiros oficiais e, pela primeira vez, foi permitido que aspirantes concorressem antes do fim do período probatório, que era de cinco anos. Estudei com muito afinco e fui classificado de forma a ser promovido no primeiro grupo, à frente de muitos funcionários com mais de cinco anos de serviço. No concurso havia nomes influentes, filhos de famílias importantes da Província, mas isso nunca me intimidou. Acreditei que o mérito podia falar por si e falou. Fui promovido a terceiro oficial, com colocação confirmada em Quelimane, passando a trabalhar, já não na área de despesa, mas agora na área de receitas.

Aqui eu passei a fazer a conferência dos processos das repartições de Fazenda do distrito, verificando se o trabalho estava a ser efectuado em conformidade com as normas. Com a minha entrada ganhou mais ritmo, pois passámos também a fazer contactos directos com os colegas das diferentes repartições, desde a repartição na cidade de Quelimane, Mocuba ao Gurué. O chefe da repartição de Mocuba era, nessa altura, o João Bugalho - o pai do médico António Bugalho - que acabaria por ser transferido para Quelimane para secretário da Fazenda, permitindo que a nossa aproximação fosse maior e eu pudesse aprender bastante com a sua experiência.

O horário do nosso trabalho era ajustado ao clima da Zambézia, pois começávamos às sete da manhã e saíamos à uma hora da tarde, antes que o calor se tornasse insuportável. As tardes, no entanto, para mim, não eram de descanso. Eu aproveitava esse tempo ocioso para trabalhar num escritório de contabilidade privado, onde aplicava o que aprendera na Escola Comercial. E, ao fim do dia, voltava a vestir o equipamento de futebol.

A paixão pelo desporto nunca me abandonou. Em Quelimane, reencontrei o campo e o entusiasmo dos treinos. Havia quem estranhasse ver-me jogar no Sporting de Quelimane, clube tradicionalmente associado aos europeus, mas nunca me deixei intimidar. “O racismo nunca me prendeu nem me intimidou”, costume dizer. Onde quis estar, estive, sempre com respeito, com trabalho e sem medo.

Durante o tempo que estive em Quelimane, a vida foi um equilíbrio entre o dever e o prazer. A cidade fervilhava de actividade, as companhias de copra e arroz davam trabalho a milhares de famílias, as ruas misturavam o cheiro do mar com o das palmeiras e o pó dos mercados. Mas o que eu mais sentia era a falta da minha Hermínia, até que eu me casei e ela veio, finalmente, viver comigo, durante o resto do tempo que ainda lá estive.

Lá também encontrei amizade verdadeira. Um colega do almoxarifado, sempre muito generoso, ofereceu-se para me levar diariamente ao trabalho. Não era sua obrigação, mas uma pura camaradagem. Como ele conduzia uma viatura, levava e trazia-me do serviço e, mesmo quando a Hermínia precisava ir ao hospital, também a conduzia. Depois, parava em casa para cumprimentar a Hermínia, tomando então um copinho de vinho de aperitivo e a nossa amizade tornou-se um pequeno ritual. Era um homem já idoso, muito leal e amigo e as nossas famílias passaram a visitar-se.

Em 1963, após quatro anos de trabalho intenso e estudo constante, segundo a escala publicada anualmente no Boletim Oficial, coube-me a vez de chefiar uma repartição de Fazenda, de terceira classe, em Inhaminga, uma vila ferroviária a uns 200 quilómetros da cidade da Beira.

Foi a consagração de um percurso feito com paciência e persistência e a certeza de que o mérito, mesmo discreto, sempre acaba por encontrar o seu caminho.

Mas, antes de terminar sobre esta minha passagem por Quelimane, quero recordar um episódio a respeito do modo como eu tirei a carta de condução: um dirigente do Sporting, ao saber que eu iria ser transferido para Inhaminga, perguntou-me se eu tinha carta de condução, pois ele nunca me vira a conduzir um carro. Muito tranquilamente, eu respondi-lhe que não havia tido ocasião, dados os meus múltiplos afazeres. Ele, admirado com a minha resposta, perguntou-me, então, se eu não sabia que em Inhaminga eu teria um carro à minha espera, para as minhas deslocações pelas diferentes localidades.

Poderão não acreditar, mas este senhor, dono de uma escola de condução, deu-me aulas três vezes ao dia, empenhando-se de tal modo em me ajudar a aprender a conduzir - ao mesmo tempo que eu estudava o código de estrada - que, em menos de uma semana, eu já estava habilitado a conduzir uma viatura ligeira.

Quando recebi a carta de condução, senti uma grande alegria, daquelas que nascem da certeza do dever cumprido. Estava pronto para seguir viagem, rumo a Inhaminga, onde o trabalho me esperava e onde, pela primeira vez, teria um carro à minha disposição, sinal de confiança e reconhecimento pelo percurso feito até ali.

CAPÍTULO 7

**LIÇÕES APRENDIDAS
EM INHAMINGA**

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Batismo
da filha Ana Maria (Noca)



Ana Maria
e Hermínio (Mino)
brincando nas
traseiras da casa
arrendada em
Inhaminga

LIÇÕES APRENDIDAS EM INHAMINGA

Chegámos a Inhaminga em 1963, depois de uma viagem de barco. O navio deixou-nos na Beira e, dali, seguimos de comboio até à vila, num percurso de cerca de cinco horas, com várias paragens. Vinha com a Herminia e com a nossa filha, a pequena Ana Maria, ainda de colo.

A primeira casa onde ficámos alojados parecia ser das Finanças, mas pertencia afinal à Administração. Passado um mês ou dois, o Administrador pediu-a de volta. Mudaram-nos para outra, igualmente provisória. Seis meses depois, informaram-nos que teríamos novamente de sair, porque precisavam dela para outro funcionário da Administração. Onde iríamos, então, viver? Num hotel, nem pensar! Ganhava melhor do que em Quelimane, mas não estava disposto a gastar boa parte do meu salário num quarto de hotel.

Havia uma alternativa: uma casa situada numa serração de madeira penhorada por dívidas ao fisco. O problema é que ficava a quinze quilómetros da vila. Trabalhando eu no centro, como poderia deixar a minha família tão longe?

A solução surgiu mesmo ali, nos fundos da repartição, no arquivo de documentos. Dividi o espaço, montei um quarto e uma pequena sala, embora a casa de banho fosse a mesma para todos. Para melhor cabermos, transferei os documentos do arquivo para as instalações da serração. Sempre que precisávamos de um processo, fazia-se a deslocação. Foi neste mesmo arquivo que recebi, como nosso convidado para jantar, um inspector das Finanças que veio fazer uma visita de trabalho, de surpresa. Ele elogiou a minha capacidade de viver naquelas condições e a minha persistência no trabalho.

Algum tempo depois, arrendámos uma casa nova, com três quartos, sala de estar e de jantar, casa de banho e cozinha. Isso aconteceu após uma missa dominical, na igreja de Nossa Senhora do Sameiro, quando conheci o senhor Paul (pai do Leandro Paul, que me ajudou a escrever esta biografia), dono de uma casa que erguia perto da repartição. Como via a obra parada, perguntei-lhe a razão. Faltavam-lhe verbas para concluir os acabamentos. Sem papéis nem notários, adiantei-lhe o montante necessário e acertámos a renda. Quando nos entregou a chave, deixámos o improvisado arquivo e passámos a viver com mais conforto.

Antes de começar a visitar os contribuintes, precisei de me familiarizar com os processos, lendo livros de registo, mapas de cobrança e verificando as rotinas. Encontrei a repartição num regime de horário incerto, onde cada um entrava à hora que queria. Em vez de marcar faltas, optei pelo exemplo. Ordenei que a limpeza fosse feita às sete, de modo que as portas fossem abertas às 7h30, e eu era sempre o primeiro a entrar e o último a sair. Em poucos dias, quem chegava às dez passou a chegar às nove e, pouco a pouco, o horário alinhou-se para todos, sem advertências nem humilhações, apenas com exemplo.

Introduzi rotinas simples, tais como a conferência diária das receitas cobradas e das despesas pagas, totalização contínua para que, ao se fechar o mês, faltasse somar apenas o último dia. Em resultado disso os relatórios para a direcção distrital na Beira passaram a chegar no dia 2 ou 3 e nunca mais houve notificações por atraso.

Expliquei à equipa o cuidado a se ter com os conhecimentos, isto é, comprovativos de impostos a cobrar, que valiam dinheiro e podiam ser roubados. No fim do dia, tudo ia para o cofre dos claviculários, um cofre que só abre com três chaves, duas do recebedor e

uma do chefe da repartição. Era lá também guardado o dinheiro das receitas, bem como tudo aquilo que tivesse valor.

Nas minhas visitas aos contribuintes, nunca gostei de chegar como "o chefe". Misturava-me entre as pessoas, sentava-me num café, ouvia, observava. Mesmo quando ia em missão, fazia o contrário do habitual, começando pela última loja e depois subindo a rua. Não avisava os administradores sobre os meus percursos, nem a isso era obrigado, pois a minha área era a fiscal e nem era subordinado a nenhum deles. Isso gerou algumas fricções, mas o trabalho falava por mim. Quanto a cortesias em serviço, recusava-as: "Esta hora é hora de trabalho", dizia, quando aparecia uma garrafa de uísque fora da ocasião.

Em Maríngue, apanhei as lojas a fervilhar de gente, após a venda do algodão. Fiscalizar naquela circunstância seria punir o comerciante e os camponeses. Voltei noutra ocasião.

Em Marromeu, na Sena Sugar States, encontrei situações delicadas. Lá hospedei-me numa "guest house" reservada a europeus e onde fui tratado com correcção. Apliquei multas, levantei autos, cumpri o dever.

Um destes casos trouxe da Beira, até Inhaminga, o advogado Carlos Palhinha que quis argumentar comigo sobre multas aplicadas a alguns seus clientes de Chemba. Mostrei-lhe o enquadramento legal e ele pagou. Ficámos amigos. Anos mais tarde, em 1975, quis oferecer-me a sua biblioteca jurídica, antes de partir para Lisboa, oferta que, por prudência política, recusei, mas nunca esqueci o gesto.

Num período de chuva torrencial, o meu carro atolou-se numa visita de serviço que fiz a Murraça. Os mesmos comerciantes, que eu multara nesse dia, deram-me jantar, hospedagem e levaram-me de volta a Inhaminga com

uma viatura de tracção. Eles mesmo encarregaram-se de devolver o meu carro, enviando-o de volta num vagão ferroviário. Sempre acreditei que a amizade e o respeito não são contrários à lei, pois nascem de a cumprir com justiça.

Noutra ocasião, apliquei uma multa a um comerciante que não comunicara o fim do vínculo de um trabalhador. Expliquei-lhe como regularizar. Ao contrário de colegas que voltavam todos os anos às mesmas casas à procura da mesma infracção, eu explicava, encaminhava e ensinava. Multa uma vez só e não se repetia.

Outra lição veio da minha constatação a respeito dos tractores que via nos quintais dos comerciantes. Pensei que fossem também agricultores. Descobri, porém, que eram parte de um sistema de sobrevivência dos camponeses. Em tempos de fome, devido à seca, comerciantes como o senhor Mussa adiantavam milho e mapira, a crédito, a estes camponeses. Depois, na colheita, os tractores recolhiam os sacos, acertavam as contas e, com o que sobrava, o cliente fazia novas compras. Muitas vezes, a negociação era feita numa sala à parte, com chá e alfaiate a coser capulanas e calções. Quando faltava cereal, comprava-se na Beira; quando sobrava, vendia-se lá. Era o circuito que alimentava o povo.

A nossa repartição recebia todas as cobranças mensais, incluindo o imposto da palhota, depois o imposto geral mínimo. Cabia-me transportar as receitas para o Banco Nacional Ultramarino, na Beira. Ia de comboio, reservava um compartimento só para mim e levava malas com milhões de escudos. Às vezes perguntavam-me por que não fugia com aquele dinheiro todo. Limitava-me a sorrir. Eu sabia ao que viera: cumprir o meu dever de funcionário tributário.

Em Inhaminga, conheci pessoas a quem fiquei grato. O doutor Stromp, médico da TZR, salvou a minha filha, Ana Maria, de uma doença grave. Um médico militar, do quartel de Inhaminga, curou-me da urticária e devolveu-me o gosto do camarão, que não comera em quatro anos em Quelimane.

Fui também o primeiro secretário da Fazenda a instaurar, naquela região, o processo de imposto sucessório. Pela página de necrologia do jornal "Notícias da Beira" soube da morte de um empresário madeireiro. Chamei à repartição a viúva, madame Griffé, e expliquei-lhe que devia declarar o óbito. Surpresa, pagou o imposto e agradeceu.

Apreendi também, à minha custa, a não comprar nada em segunda mão. Um rádio que comprei a um homem aflito era, afinal, de outro dono. O comandante da Polícia foi ter comigo no meu gabinete e advertiu-me. Desde então, só compro em estabelecimentos credenciados, com factura.

Ainda sobre a minha passagem por Inhaminga, onde vivi três anos, quero deixar registada a cerimónia de baptismo da Ana Maria. A minha filha nasceu e foi registada em Lourenço Marques na minha ausência. Para o baptismo, porém, fiz questão de estar presente. A cerimónia teve lugar na Igreja de Nossa Senhora do Sameiro. A madrinha foi a irmã da Hermínia, Ana Rosa, que veio de propósito de Lourenço Marques e o padrinho, um amigo antigo, que perdeu o comboio da Beira e, por isso, foi representado. A menina tinha um ano e dormiu quase toda a cerimónia, alheia ao mundo. Seguiu-se uma pequena festa no arquivo, com mesas cobertas, flores improvisadas, bolo de milho, refrescos. Ficou em nós aquela alegria que só as coisas simples sabem dar.

Recordo ainda com ternura as festas de Natal e de Ano Novo, que organizávamos em Santa Fé, onde se situava a casa das Finanças, a antiga serração. Convidávamos colegas e jovens solteiros do Sul, sem família por perto. Comíamos carne fresca de javali, legumes do quintal e o nosso recebedor, um cabo-verdiano, preparava uma boa cachupa. A Hermínia, rainha da mesa, fazia bolos e pudim de ovos.

Ria-se, cantava-se e conversava-se longamente. Diziam que ser convidado pelo "chefe" era uma honra. Para mim, era apenas dever de humanidade: transformar a distância em comunidade.

Assim foram os anos de Inhaminga, com rigor no serviço, pés na estrada, mão amiga a quem queria regularizar e casa aberta para que ninguém passasse as festas sozinho. No meio de tanta contabilidade, ficou o essencial: a certeza de que o trabalho vale mais quando não se esquece as pessoas.

CAPÍTULO 8

A PRIMEIRA VEZ NA CIDADE DA BEIRA

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Batismo
de Maria João (Jó),
na cidade da Beira



A PRIMEIRA VEZ NA CIDADE DA BEIRA

Cheguei à cidade da Beira em 1966, terminado o tempo de comissão em Inhaminga, de três anos. Na repartição de Finanças desta cidade, fiquei encarregue da cobrança da contribuição do registo de transmissão onerosa, relativa às transmissões de imóveis - a conhecida SISA - e também da contribuição do registo de transmissão por título gratuito - o imposto sucessório.

No caso da SISA, a liquidação era feita provisoriamente, com base na declaração do contribuinte - nunca abaixo do valor da matriz - e só depois seguia para a avaliação no local, feita por louvados, para fixar o valor definitivo. Assim se assegurava que o cidadão não ficasse impedido de vender o imóvel e, ao mesmo tempo, que o Estado recebesse o que lhe era devido.

Algum tempo depois, o chefe da Repartição - que já conhecia o meu trabalho em Inhaminga - chamou-me ao gabinete e disse: "Quero que passes a trabalhar comigo na fiscalização". Havia entre nós um entendimento simples: após o trabalho, partilharíamos a comparticipação das multas aplicadas nas fiscalizações. Aceitei, porque o essencial, para mim, era aplicar a lei e pôr as contas em ordem.

A primeira saída foi a uma exportadora de madeiras que não pagava o imposto de circulação, o equivalente, hoje, ao IVA. O trabalho demorou mais do que o previsto e sugeriram que voltássemos no dia seguinte. Receei que pudessem desaparecer alguns documentos. Insisti em fechar tudo no mesmo dia, e assim foi até às dez da noite, tendo sido cobrados os impostos e as multas.

Mais tarde, fiscalizei a *Société Française de Dragage*. Os técnicos estrangeiros não pagavam o imposto de trabalho, alegando isenção. Expliquei-lhes a norma e mostrei a legislação. Regularizaram a situação e, desde então, todos

os Natais, enviavam uma caixa de uísque, um gesto de gratidão, comum na época e que nada tinha de ilícito.

Sempre trabalhei assim, com base na lei. Por vezes, os contribuintes vinham acompanhados de advogados e traziam consigo os códigos fiscais. Eu preferia assim: discutir com quem sabia era um desafio que me fazia crescer. Enfrentei figuras conhecidas, como os advogados Almeida Santos, Carlos Palhinha e Ney Ferreira e, em mais de um caso, consegui provar, com base legal, que não havia isenção onde muitos juravam existir. A curiosidade e o gosto pela leitura mantinham-me sempre actualizado.

Foi também na Beira que reencontrei o senhor Eduardo, então secretário da repartição de Fazenda em Vila Pery (hoje Chimoio). O destino é, por vezes, curioso: anos antes, em Lourenço Marques, tinha sido ele quem me orientou nas leituras para o primeiro concurso que fiz para aspirante, sob a indicação de João Craveirinha - irmão do poeta José Craveirinha -, um dos poucos moçambicanos de cor a trabalhar, nessa altura, nas Finanças. Agora, o mesmo homem pedia apoio num processo de imposto sucessório de uma família grega. O caso chegou às minhas mãos e tratei do assunto. Quando soube que o jovem de outrora era o funcionário que resolvera o processo, sorriu, reconhecendo-me. Foi uma lição bonita: no serviço público, o que conta é o conhecimento, nem sempre a categoria.

Nem tudo, porém, foi tranquilo. Uma inspecção surpreendeu-me com alguns processos de SISA provisoriamente liquidados e à espera da avaliação final, aliás algo normal no circuito. Mas houve quem se aproveitasse da situação e insinuasse que eu "parava processos". O inspector instaurou-me um processo, com base no disposto no número 1 dum artigo da legislação aplicável à SISA e eu defendi-me com o disposto no número 2 desse mesmo artigo. O caso foi arquivado. Foi o único processo disciplinar da minha carreira de mais de 40 anos de serviço.

Com o passar dos anos, foi aberto um concurso para segundo-oficial. Candidatei-me, fui promovido e colocado na direcção distrital de Finanças, na secção de impostos, com a responsabilidade de supervisionar, mensalmente, as repartições de Sofala: da Beira, Manga e Inhaminga. Até ao dia 5 de cada mês era preciso consolidar a receita e a despesa e qualquer atraso de uma repartição afectava o trabalho de todas. Quando havia dúvidas, eu ia pessoalmente esclarecer, junto do director distrital.

Por esses anos, foram alteradas várias leis fiscais e os contribuintes precisavam de esclarecimentos. A Associação Comercial da Beira organizou um ciclo de estudos e o director distrital indicou-me para representar a direcção. Houve quem achasse que devia ir o chefe da secção de impostos, mas fui eu e cumpri com zelo e rigor.

Foi também nessa época que começou a informatização dos impostos directos. Os registos deixaram de ser feitos à mão e passaram a processar-se, centralmente, em Lourenço Marques, onde funcionava um computador IBM de grandes dimensões que ocupava quase uma parede inteira. Foi quando o João Bugalho, que eu conhecia da Zambézia, e então chefiava a repartição da Beira, pediu apoio à direcção distrital. Fazendo horas extraordinárias, fui encarregue de coordenar uma equipa responsável pelo Grupo B da Contribuição Industrial. Em três ou quatro dias concluímos o trabalho, dentro do prazo, e ainda apoiei outra equipa no fecho dos débitos.

Meses depois foi aberto um concurso para primeiro-oficial. Disseram-me que não podia concorrer, por ter apenas dois anos como segundo-oficial, quando outros esperavam há mais de dez anos por essa oportunidade. Mas a lei previa excepção para quem tivesse classificação de "muito bom", que era o meu caso. Concorri. Fui admitido e classifiquei-me melhor do que muitos colegas mais antigos.

Pouco depois, o Bugalho, já doente, propôs o meu nome para seu adjunto. Fui transferido, com pesar do director distrital, que lamentou a minha saída, elogiando o meu brio profissional. Levei comigo o princípio aprendido em Inhaminga: "Contas fechadas todos os dias".

Numa das inspecções de rotina à repartição, detectou-se uma diferença de valores na recebedoria. O regulamento previa a prisão imediata do recebedor se não repusesse, de imediato, o montante. Pedi tempo ao inspector e fui verificar os livros. Descobri que parte do valor tinha sido paga em dinheiro e outra em títulos de compensação que o assistente do recebedor, por erro, não incluíra no balanço. Evitei, assim, uma injustiça. A esposa do recebedor, que também trabalhava ali como dactilógrafa, até já tinha uma maleta pronta para levar ao marido na cadeia.

A partir desse dia, o recebedor passou a ter-me grande respeito. Numa ocasião, apareceu um cidadão com uma obrigação do Tesouro a reclamar juros. O recebedor, confuso, veio pedir-me confirmação desse pagamento. Expliquei-lhe a diferença entre obrigações e bilhetes do Tesouro. Ele pagou, como devia ser, confiando na minha palavra e na minha experiência.

Entretanto, o João Bugalho foi transferido para Lourenço Marques e convidou-me a acompanhá-lo, mas eu recusei. Preferi seguir o meu caminho, fiel ao lema que me guiava desde jovem: "Cada etapa tem o seu tempo e cada destino o seu lugar".

Meses depois, durante o período em que vivi na Beira, tive também episódios mais pessoais, que ficaram gravados na minha memória. Sofri uma apendicite e estive quatro dias em convalescença, a única vez que estive doente em toda a minha carreira profissional. Foi também a única vez que a Hermínia me deu banho, dada a minha debilitação física, gesto simples que nunca esqueci.

Foi igualmente na Beira a única vez que levei a minha mulher à maternidade para o nascimento da nossa filha,

a Maria João. Disseram-nos que ainda não era o momento mas, ao voltarmos para o carro, começaram as dores. A Maria João nasceu nesse dia, coincidente com o dia do nosso aniversário de casamento. Os dois primeiros filhos, Ana Maria e Hermínio, tinham nascido em Lourenço Marques, pois a família alegava que não tínhamos por perto algum familiar que nos pudesse ajudar nesses períodos. O quarto filho, Manuel Jorge, nasceu também na Beira, mas sem que eu estivesse presente, pois encontrava-me em Lourenço Marques, em concurso para secretários de Finanças de primeira classe, quando recebi a notícia. Foi também naquela cidade onde baptizámos os nossos filhos nascidos na Beira, a Maria João e o Manuel Jorge.

Recordo ainda um episódio curioso: foi também na Beira onde a Herminia tirou a carta de condução. Vivíamos no Esturro, numa casa arrendada a um funcionário da Alfândega e que também possuía uma escola de condução. Como ela tinha dificuldades em se deslocar ao hospital, foi incentivada a aprender a conduzir. Tornou-se, então, uma das poucas mulheres de cor a conduzir na cidade, antes da Independência.

Um dos episódios profissionais marcantes desse tempo envolveu o advogado Dr. Ney Ferreira, que vivia em Lourenço Marques, mas representava uma empresa com sede na Beira. Descobri que a empresa não pagava determinado imposto e notifiquei-a. O advogado telefonou-me, pedindo que o recebesse excepcionalmente à tarde, pois a repartição só atendia o público de manhã. Recebi-o e foi assim que o conheci. Disse-me que não vinha contestar a lei, mas pedir que o pagamento fosse parcelado, dada a soma elevada. Acedi, estabelecendo um plano em três prestações mensais, com juros de mora.

A partir desse encontro, nasceu um respeito mútuo. O Dr. Ney Ferreira passou a enviar-me regularmente revistas e publicações fiscais de Lisboa e de Lourenço Marques,

que me mantiveram actualizado. Anos mais tarde, já regressado a Portugal, procurou-me numa das suas visitas a Moçambique. Tivemos uma longa conversa. Pouco tempo depois, soube que tinha falecido em Lisboa.

Mas havia ainda uma sombra do passado que me acompanhava: o desaparecimento do meu avô paterno. Durante anos, acreditámos que ele viajara para a Índia. Mais tarde, já a trabalhar nas Finanças, ao consultar antigos processos, deparei-me com um nome familiar: João Joaquim Fernandes. Era o nome dele.

Investigando mais a fundo, descobri que o meu avô nunca fora à Índia. Viveu os últimos anos na cidade da Beira, onde permaneceu em silêncio e sem contacto com a família que deixara em Lourenço Marques.

Percebi, então, que o seu afastamento talvez não tivesse sido fuga, mas uma protecção, um modo discreto de evitar constrangimentos familiares. Nunca mais o vi e, até hoje, guardo o arrependimento de não o ter procurado. Anos depois, durante o funeral de uma prima, apareceu um senhor indiano vindo da Beira, dizendo procurar a família Fernandes. Trazia nos traços e no olhar algo de familiar. A suspeita de que fosse um meio-irmão, um dos filhos que o avô havia deixado anteriormente na Índia, tornou-se quase certeza. Esta descoberta fechou um ciclo. Fez-me compreender que a vida é feita de silêncios, de pontes interrompidas e reencontros que, por vezes, só acontecem na memória.

A minha promoção a primeiro-oficial acabaria por me levar à nomeação como secretário de Fazenda em Inhambane. Era o encerramento de uma etapa e o início de outra. A Beira ficou, assim, como o lugar onde consolidei a minha experiência, onde aprendi que o rigor técnico não dispensa a humanidade, e onde descobri que a justiça, quando feita com serenidade, é a forma mais nobre de servir.

CAPÍTULO 9

A CHEGADA A INHAMBANE E O PESO DA RESPONSABILIDADE

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



1.^a Comunhão
de Maria João (Jó),
na Igreja de
Inhambane



A CHEGADA A INHAMBANE E O PESO DA RESPONSABILIDADE

Deixei a Beira com a serenidade de quem cumpre mais uma etapa natural da carreira. Já tinha sido nomeado secretário de Fazenda de Inhambane, mas não pude sair de imediato, pois tive de esperar pela chegada do novo secretário, que vinha de Lourenço Marques. Entreguei-lhe a repartição com tudo em ordem e só então parti, levando comigo a família e o nosso carro Hino Contest.

Inhambane recebeu-me com pouco entusiasmo, muito diferente do que tinha ocorrido em Inhaminga.

Quando se aperceberam que o novo secretário era moçambicano, houve alegria, sim, mas contida, talvez porque a população ainda via no meu antecessor – um colega cabo-verdiano – uma espécie de figura neutra, nem colono, nem nativo.

Eu, sendo filho da terra, despertava outro tipo de expectativa e também de curiosidade. Nunca haviam visto um seu patrício a exercer aquele tipo de funções de tão alta responsabilidade, talvez daí as primeiras dúvidas a meu respeito.

E havia ainda um elemento inesperado que causou também alguma sensação: a Hermínia a conduzir o carro. Foi, provavelmente, a única mulher de cor que conduziu em Inhambane, antes da Independência. Víamos olhares surpreendidos nas janelas, nas varandas, nas esquinas. Aquele carro, de cor vermelha, tornara-se símbolo do nosso quotidiano familiar. Ela levava os miúdos ao colégio, tratava das compras, fazia os recados e chegava até a ir ao hospital sozinha. A cidade nunca se habituou completamente

a vê-la passar pela praça, agarrada ao volante, com a segurança natural de quem sabe o que faz.

A casa que nos estava destinada era modesta, mas digna, integrada num bairro onde viviam também o administrador da cidade, o intendente e outros funcionários da Administração. Ao chegarmos, ficámos primeiro no Hotel de Inhambane, tendo-nos sido atribuído um quarto decente. Ninguém sabia quem eu era. Só quando a gerência descobriu que o novo secretário de Fazenda estava ali hospedado é que, de repente, surgiram gestos, atenções, quartos melhores. Nunca fiz questão desses privilégios nem de reivindicar o meu estatuto.

Instalado na repartição, comecei como sempre fazia no início das minhas funções: três meses sentado a estudar os processos, um por um. Pegava nos mapas da receita, conhecia cada contribuinte, analisava quem pagava, quem devia, quem declarava e quem alegava isenções inexistentes. Quando fazia a primeira visita a um estabelecimento, já sabia muito mais do que eles esperavam. Isso criava surpresa e respeito. “Mas o senhor chegou ontem e já conhece isto tudo?”, perguntavam. Respondia-lhes apenas: “Sou funcionário das Finanças. Esta é a minha obrigação”.

Foi em Inhambane que tive o primeiro choque com o director distrital. Ele queria que eu pedisse autorização sempre que saísse para fiscalizar. Queria controlar para onde eu ia, quando ia e por quanto tempo. Eu recusava-me, uma vez que nem a isso era obrigado. Nas minhas deslocações em serviço, pedia apenas para que enchessem o tanque. Quando o motorista me perguntava: “Para onde vamos?”, eu simplesmente lhe respondia: “Para onde o trabalho nos levar”. Só na estrada é que lhe dizia o itinerário. O que eu fazia não era insolência, apenas dignidade e respeito pelas minhas funções.

Vivia-se então o velho espírito dos "juizes de fora", ou seja, quem mandava não devia ser da terra, para evitar favorecimentos. Eu era moçambicano e de cor, o que, para o sistema, tornava útil, mas, ao mesmo tempo, suspeito. Mas fiz o que sempre fiz: cumprir a lei.

As fiscalizações eram longas e, algumas vezes, extenuantes. A minha área compreendia as circunscrições de Inhambane, Maxixe, Morrumbene, Massinga, Homoine, Panda, Inharrime e Zavala. Estradas más, areia funda, picadas tortas. Madrugava às cinco da manhã. A Hermínia acordava-me com o cheiro do café, preparava qualquer coisa para o caminho e lá seguíamos, eu e o motorista. Nunca começava a fiscalização no primeiro comerciante do percurso. Aprendi isso na Beira. Começava sempre pelo último. Assim não avisavam os outros, pois pensavam que eu já havia feito fiscalização às anteriores lojas. Nada de avisos, nada de telefonemas. Quem estivesse irregular não teria tempo de esconder os papéis.

Depois de uma visita de fiscalização que fiz a Mocoduene, um povoado comercial, fui almoçar a Maxixe, onde conversei com um guarda-livros da Majone - uma empresa de transporte de passageiros entre Maxixe e Beira - tendo ele me dito o seguinte: "O senhor anda a apertar quem paga os impostos"; "Quer mesmo saber quem tem dinheiro? Olhe para os alambiques do mato. É aí que está a riqueza". Ele falou-me, então, dos plantadores de cana, situados em Furvela e dos fabricantes de aguardente em Morrumbene e onde se localizavam.

Fui ver com os meus próprios olhos. Madruguei. Segui trilhos que nem existiam no mapa. E lá estavam os tambores, os tubos, as panelas, o cheiro forte da fermentação.

Foi quando descobri um mundo à parte: o dos fabricantes clandestinos de aguardente. Eram eles, efectivamente,

os verdadeiros ricos da zona, não os comerciantes legais. A bebida era produzida em alambiques escondidos no mato e a noite escura iluminava-se com o azul do fogo das destilações.

A maior parte dos produtores de cana, naturais de Inhambane, conduzia carrinhas Bedford, o que era sinal de prosperidade. Para além da cana, eles também eram proprietários de coqueiros, cajueiros, para além de pomares de tangerina, limoeiros e outras frutícolas.

Mas havia um problema: tudo aquilo era, afinal, do conhecimento do administrador. Eu, sozinho, não podia fechar um sistema inteiro. Não tinha força legal para isso. Fiz então o possível: enquadrei os produtores através das suas lojas formais. Aumentei-lhes a matéria colectável, ajustei-lhes as tributações, regularizei o que podia ser regularizado. Não era perfeito, mas era justo dentro das limitações da época. Pelo menos deixaram de estar totalmente fora do sistema tributário.

Outros casos exigiram outro tipo de criatividade. Em Massinga, por exemplo, encontrei um pequeno comerciante local, com uma "tenda" - o que hoje se chama "barraca" - onde havia de tudo, desde tecidos, castanha de caju, máquinas de costura até mesmo um armazém próprio. Na verdade, era uma loja disfarçada. Mas ele não tinha licença comercial, pois não possuía a quarta classe, um requisito obrigatório, naquela época, para exercer actividade de comerciante legalizado. Eu não queria puni-lo, queria antes incluí-lo no sistema tributário. Perguntei-lhe: "Tens algum irmão ou outro familiar que saiba ler e escrever, que tenha feito a quarta classe?" Tinha. Fiz com que a licença fosse emitida em nome do irmão e apliquei a multa mínima. Transformei aquele estabelecimento num contribuinte legal. Ele disse-me, emocionado: "O senhor salvou-me".

A relação com os comerciantes de Inhambane transformou-se ao longo dos meses. Eles perceberam que eu era rigoroso, mas honesto. Nunca pedi nada. Nunca recebi nada. Apenas aplicava a lei.

Por isso, no fim do ano, como se fazia na Beira, começaram a chegar presentes: garrafas de vinho e, inevitavelmente, garrafas de aguardente da terra.

Lembro-me de um técnico francês, acompanhado pelo director dos Impostos do Estado, que veio auxiliar a nossa repartição, na informatização dos impostos e que provou uma dessas aguardentes, num jantar em minha casa. O homem ficou tão fascinado com aquela bebida de Inhambane, que me pediu um pires para colocar umas gotas e uma caixa de fósforos, resultando numa chama de cor azulada, sinal de boa qualidade. No final, ofereci-lhes, a pedido deles, a cada um, uma garrafa de um litro.

Na sequência do processo de legalização destas actividades clandestinas, foi então criada uma fábrica para a produção de aguardente de cana e de sumo de caju, bem como de licores. Para esse efeito chegaram até a ser comprados camiões-fábrica para o fabrico de sumo de caju. Nessa época, princípios dos anos 70, embora com menos rigor, era ainda proibida a produção local de vinho e outras bebidas alcoólicas nas colónias, pois era obrigatório importar-se da Metrópole (Portugal continental). Essa proibição fazia com que, até nas cidades, o fabrico e consumo de bebidas tradicionais fossem feitas, às escondidas, nos quintais das casas.

A autorização da criação da cooperativa fez nascer, em mim, a esperança de maior industrialização em Inhambane, a partir do caju, do coco e da sura. Como se sabe, a sura é um líquido extraído de um determinado tipo de coqueiro, sendo utilizado não só para fermento

para pães e bolos caseiros e de padarias, como também para produção de bebidas alcoólicas.

A nossa vida familiar também floresceu naquela cidade. Os três filhos que tínhamos na altura - a Ana Maria, o Hermínio e a Maria João - estudavam no colégio das Irmãs, Nossa Senhora da Conceição, e foi ali que decidimos ter mais um filho, para que fizesse companhia ao Hermínio. Este quarto filho, o Manuel Jorge, foi concebido em Inhambane, mas acabaria por nascer na Beira, em resultado do nosso nomadismo imposto pelas transferências.

Com o ritmo das fiscalizações, das multas, do trabalho executado com rigor, comecei a ganhar bem mais. Aliás, nunca vivi só do vencimento. As percentagens das multas, legalmente devidas aos secretários de Fazenda, eram significativas. Pude pagar o colégio, contribuir para a COOP, a cooperativa de habitação em Lourenço Marques, onde inscrevi a Hermínia como sócia ordinária e, mais tarde, participante. Com esse investimento, já preparávamos o futuro, embora a Independência viesse a alterar tudo. Mas isso é outra história, para contar mais adiante.

Foi também em Inhambane que conheci de perto o Dr. Domingos Arouca. Um dia, um funcionário entrou no meu gabinete e disse-me: "Há um contribuinte que está a pedir para falar consigo". Era ele. Vivia vigiado pela PIDE (a polícia secreta portuguesa), com uma aura de desconfiança e respeito. Conversámos longamente. Tornou-se um amigo. Estava entre dois mundos, entre a advocacia e o da luta política. A história pós-Independência e, sobretudo, o período pluripartidário que vivemos nos anos mais recentes, viria a confirmar o que ele já era nessa altura.

Houve também um episódio de que ainda me recordo. Uma jovem conhecida da nossa família, que estava em Inhambane sozinha, amiga da Herminia e dos meus filhos, morreu subitamente. Os pais estavam na Beira, os tios em Lourenço Marques, todos com dificuldades. Arranjei um caixão na carpintaria onde costumava fazer molduras. Fiz o que tinha de ser feito. Mas depois chegaram os tios, com outro caixão mais elaborado. O meu ficou na carpintaria, por precaução, para outra família em necessidade. Nunca mais o reclamei.

A minha comissão, que inicialmente seria de três anos, ficou reduzida para dois anos e meio, por mudanças políticas e administrativas da época. Era o início da chamada Primavera Marcelista, após a morte de Salazar, com maior abertura a moçambicanos nos cargos superiores. Quando decidiram criar os Juízos Privativos transferiram-me então para a Beira. Não gostei, mas aceitei.

Abordei, então, o director dos serviços de Fazenda de Moçambique, na praia, onde se encontrava com o filho. Eu disse-lhe que não compreendia a minha transferência, antes mesmo de concluir a minha comissão de serviço e, ainda por cima, no meio do ano lectivo, o que prejudicaria bastante o estudo dos meus filhos. Ele respondeu que se tratava de conveniência de serviço e que não poderia fazer mais nada.

Resolvi, então, falar com Abdool Magid, meu antigo colega da Escola Comercial e que era o secretário de Estado da Fazenda em Moçambique e ele disse-me: "João, tudo o que construístes até agora é carreira. Não quebres a tua própria linha". Mas, antes de tomar a decisão, falei ainda com a Herminia e decidimos que iríamos para a Beira. Era mais uma mudança entre tantas outras que já havíamos tido.

Inhambane ficou para sempre como um lugar especial para mim, onde descobri que uma cidade inteira pode medir um homem não pelas palavras, mas pela forma como ele trabalha.

E ali, naquela terra de coqueiros e mar azul, percebi que o rigor e a humanidade não se excluem. Pelo contrário, completam-se. É esta combinação que dá sentido a uma carreira inteira.

Fiz a carreira de funcionário de Finanças, de aspirante até secretário de Finanças de 1.^a classe, que normalmente se fazia entre 30 e 40 anos de serviço, em apenas 14 anos.

E assim deixei Inhambane para voltar, novamente, à cidade da Beira.

CAPÍTULO 10

**REGRESSO À BEIRA
E O OFÍCIO DA LEI**

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA



Batismo de
Manuel Jorge na
cidade da Beira



REGRESSO À BEIRA E O OFÍCIO DA LEI

Regressar à Beira foi voltar a uma cidade que eu conhecia bem, mas que já não era a mesma. Devido às acções de guerrilha, a província de Sofala vivia dias tensos e perigosos. A cidade transformara-se num ponto de chegada: escolas sobrelotadas, não havendo sequer casas por arrendar.

Foi neste cenário que assumi as funções de primeiro Juiz Privativo das Execuções Fiscais da Beira, com jurisdição nas áreas das repartições do 1.º e 2.º bairros fiscais. A criação deste Juízo fazia parte de uma reorganização profunda da administração fiscal e exigia alguém que conhecesse bem os mecanismos tributários, mas que tivesse também a serenidade para aplicar a lei com firmeza, sem ceder à pressão dos acontecimentos.

O gabinete era modesto, situado por cima de um supermercado, mas o peso da função não era nada simples. Quando iniciei aquelas funções, herdei 35 mil processos para execução, resultante de impostos que não haviam sido pagos. Cada maço de papéis representava um comércio, uma oficina, uma empresa industrial ou um estabelecimento nocturno, todos com as suas histórias, dificuldades e espertezas. Foi ali, naquele espaço de silêncio e papel, que compreendi que a lei só cumpre a sua missão quando deixa de ser abstracção e passa a ser critério, equilíbrio e coragem.

Também enfrentei, nesse início, uma dificuldade muito concreta da vida familiar: encontrar casa. A cidade estava saturada. Procurei durante semanas, mas famílias vindas do interior tinham ocupado tudo o que estava livre.

Encontrar casa para arrendar era como procurar agulha num palheiro.

Só nos restava a alternativa da compra de uma casa. Encontrámos um apartamento novo, num prédio recém-construído, no bairro da Ponta Gêa. Usei as poupanças de anos, feitas com disciplina e prudência, mas não eram suficientes. Um amigo, ao saber da nossa situação, emprestou-me o valor em falta. Foi assim, entre necessidade e solidariedade, que adquirimos a casa que viria a ser o centro da nossa vida na Beira. Não era luxuosa, mas oferecia o que mais precisávamos: a estabilidade num tempo de incerteza.

A Hermínia recebeu-a com a serenidade que sempre a guiou. Organizou o espaço com uma precisão quase intuitiva, dando ordem ao que tinha chegado pela pressa. As crianças adaptaram-se e a casa tornou-se refúgio num tempo em que tudo parecia provisório.

No âmbito das minhas funções, ser juiz das execuções fiscais exigia mais do que técnica. Exigia coragem moral. Havia pressões subtis, tentativas de aproximação indevida e olhares que procuravam medir até onde eu me inclinaria. Não me inclinei. Nunca me filiei em grupos, não me deixei prender a alianças políticas, nem aceitei ser porta-voz de interesses particulares. A minha pertença era só uma: Deus. E a minha responsabilidade era uma: o Estado.

A Beira ensinou-me isso com clareza: que um homem pode ser firme sem ser duro, pode ser justo sem ser cruel e que pode ser fiel à lei sem perder a humanidade.

Entre as várias acções que então me chegaram às mãos, houve uma que veio de Lourenço Marques, enviada sob a forma de carta precatória, instrumento usado para que um tribunal requisitasse a outro a prática de actos dentro da sua jurisdição.

Tratava-se de uma dívida volumosa, acumulada por uma moageira industrial. Era uma dívida não paga ao Estado, relacionada com um aumento de uma taxa aduaneira que incidiu sobre a importação de trigo. Como as moageiras invocaram não ter dinheiro para custear aquele aumento de taxa, o Estado adiantou-lhes o montante necessário, na expectativa de ser reembolsado. Mas algumas das empresas não o fizeram. Como este processo teve início no Juízo Privativo de Lourenço Marques, foi este quem emitiu as cartas precatórias não só para a Beira como para outras cidades onde as moageiras estavam sediadas.

A carta precatória solicitava a citação dessa empresa para efeitos do pagamento da dívida. Mas eu não o fiz, porque a moageira estava, afinal, sediada na minha área de jurisdição. Teríamos de ser nós, na Beira, a instaurar o processo, na medida em que o Juízo Privativo de Lourenço Marques não era, territorialmente, competente para aquele efeito.

Aproveitei, ao fazer uma viagem à capital para participar num concurso de carreira, para conversar com o meu colega e explicar-lhe que a carta precatória não tinha razão de ser. Acabou por concordar comigo e entregou-me todo o processo.

Examinei, cuidadosamente, os elementos trazidos de Lourenço Marques: a origem da dívida, o historial de notificações, a inexistência de pagamento voluntário. Tudo estava em ordem. A execução era legalmente exigível.

Mas percebi também que estava perante um processo sensível. A moageira era uma das mais importantes da cidade, abastecendo padarias, cantinas e comércio local. Empregava dezenas de trabalhadores e tinha impacto directo na economia da região.

A questão, portanto, não era só executar, era como fazê-lo sem provocar um colapso desnecessário na cadeia de

abastecimento da cidade da Beira, em virtude do consumo de pão, um alimento imprescindível à população.

Confrontado com os elementos que invoquei, o gerente da moageira pediu permissão para pagar em prestações. Expliquei-lhe então, o que poucos compreendiam: que os juros legais eram de 3% ao mês, totalizando 36% ao final de um ano, e que prolongar a dívida naquele regime seria mais oneroso do que procurar um crédito bancário, com juros muito mais moderados, entre 3% e 5% ao ano.

No dia seguinte regressou com a decisão tomada: contrairia o empréstimo bancário. E assim fez. A moageira pagou a totalidade da dívida, juros e custas e, assim, a execução fiscal pôde ser encerrada sem que interrompesse a sua actividade, sem que os trabalhadores perdessem o sustento e sem que a cidade fosse privada de um dos seus principais fornecedores.

Foi um exemplo claro de que a lei pode ser cumprida com rigor e de que o Estado não precisa destruir para fazer valer o seu direito.

Havia, também, entre os processos que chegaram ao Juízo Privativo, um que se destacava pela persistência com que regressava às mesas da administração fiscal. Tratava-se de uma boate, muito conhecida e frequentada na cidade.

Notifiquei o gerente e disse-lhe que já não havia outra alternativa, senão o pagamento dos processos em curso no Juízo.

Perguntou-me então se poderíamos estender o prazo de pagamento e eu disse-lhe que tal já não era possível, em virtude de incumprimentos anteriores da parte da casa, mas que poderia haver uma solução.

Para evitar que a empresa fechasse, devido aos problemas de tesouraria, optou-se por dar a possibilidade de pagar

cada processo em momentos diferentes e não de uma só vez. Foi assim que o gerente escreveu, a lápis, as datas de pagamento, assumindo o compromisso de as respeitar. Desta forma, pagou a totalidade das dívidas.

Para mim, ficou a confirmação de algo que sempre acreditei: a autoridade não precisa humilhar para ser firme, nem precisa de violência para ser respeitada. E, assim, a boate continuou a acender, durante as noites, as suas luzes de néon e a ser frequentada, desta vez, em paz com o fisco.

No final de 1974, um ano tenso, cheio de sobressaltos e incertezas, decidimos organizar uma pequena festa de confraternização que, para alguns, até foi uma festa de despedida. Não havia grandes recursos nem grandes pretensões. Havia, isso sim, a vontade de criar um momento de convívio, um espaço onde cada um pudesse repousar, nem que fosse por algumas horas, o peso dos dias que se viviam.

Foi combinado que cada funcionário traria um prato típico da sua terra.

A ideia simples revelaria, naquela tarde, a extraordinária diversidade do nosso território que daí a poucos meses se tornaria numa nação independente.

Não houve discursos formais, nem programa definido. A certa altura, a divisão administrativa do Juízo dissolveu-se. Todos se misturaram como se ali não existissem carreiras, cargos ou hierarquias. Circulavam travessas, colheres, gargalhadas e comentários sobre sabores que despertavam memórias longínquas. Muitos dos colegas partiram, meses depois, para Lisboa, para nunca mais voltar.

Foi também nessa fase da Beira que a minha vida espiritual ganhou nova profundidade. Circulavam rumores, nessa altura, de que a prática religiosa seria restringida.

Para prevenir tempos difíceis, a Conferência Episcopal de Moçambique, analisando a situação, viu que convinha criar condições para os fiéis católicos continuarem a rezar, pelo que exortou a criação de núcleos, isto é, grupos de oração, leitura e partilha fraterna. Eram encontros simples, feitos em casas de família, mas davam força num tempo de receio e transição.

Num desses encontros, o anfitrião estava sozinho. A esposa encontrava-se em Inhamizua, a guardar o arroz, ameaçado pelos pássaros. Antes mesmo de pedirem ajuda, organizámos transporte e fomos todos ajudar os nossos irmãos em Cristo. Entre o cheiro do arroz cortado e a luz quente da tarde, compreendi que a fé se revela no gesto concreto e não apenas na palavra dita.

Foi, também, na Beira onde nasceu, em 1973, o meu quarto filho, o Manuel Jorge e onde foi também baptizado, na Catedral. Este nascimento ocorreu, mais uma vez, na minha ausência, dado que eu me encontrava em Lourenço Marques em concurso para secretário de Finanças de primeira classe.

Foi a partir dessa altura, entre 1974 e 1975, que a cidade da Beira começou a mudar e, com ela, todo o País.

As estruturas políticas davam novas orientações, os serviços reorganizavam-se e o futuro era ainda um desenho por fazer.

Nesse contexto, aprendi que a lei é instrumento, não fim. E que o seu valor depende sempre do carácter de quem a aplica.

Sobre estes e outros episódios, irei relatar, em maior detalhe, no segundo volume da minha *Vida e Memórias*.

POSFÁCIO

Uma palavra às novas gerações

Ao chegar ao fim destas páginas, sinto que não encerro apenas um livro, mas a primeira parte de um ciclo de uma vida que foi sendo construída dia após dia, no trabalho, na família, no serviço ao Estado e na Fé que me acompanhou desde cedo.

O que aqui foi contado não é a história de um homem fora do comum, mas a de uma pessoa simples que procurou fazer bem o que lhe foi confiado.

Vivi num outro tempo, muito diferente do actual, atravessando mudanças profundas, injustiças, provações e também muitas bênçãos. Nunca me considere herói nem exemplo absoluto. Considerei-me, isso sim, responsável.

Se escrevo estas linhas finais, faço-o sobretudo a pensar nos mais novos e, em particular, nos jovens católicos, que hoje crescem num mundo muito diferente daquele em que eu cresci. Um mundo mais rápido, mais ruidoso, mais confuso, onde os valores parecem, por vezes, diluir-se e onde o imediatismo ameaça substituir o sentido de dever.

Quero dizer-vos, com a simplicidade de quem já percorreu um longo caminho - de um homem que completa hoje os 90 anos - que vale a pena viver com rectidão.

Vale a pena estudar, trabalhar com seriedade, respeitar o outro, cumprir a palavra dada e servir sem esperar aplausos. Nada disso passa de moda.

A Fé Católica, que professo e vivo como leigo na minha paróquia, nunca foi para mim um adorno social nem um discurso público. Foi sempre um chão firme, um lugar interior onde aprendi que a autoridade não se exerce com arrogância, que a justiça não se confunde com dureza e que o poder só é legítimo quando se serve.

Ser leigo na Igreja é, antes de tudo, ser cristão no mundo. É levar o Evangelho para a vida concreta, para o trabalho, para as decisões difíceis, para os momentos em que ninguém está a ver. Não é preciso subir a púlpitos nem levantar a voz. Basta agir com coerência.

Quero deixar aqui uma palavra especial dirigida aos pais. Ao longo da vida, observei muitas famílias preocuparem-se, com toda a razão, com a formação académica e profissional dos filhos, mas vi também, com alguma tristeza, que nem sempre se dá a devida importância à educação para a vida conjugal e familiar. Preparam-se os filhos para uma profissão, mas esquece-se, muitas vezes, que a maior parte da vida será vivida a dois e, mais tarde, com filhos.

O casamento não se improvisa. A vida conjugal exige diálogo, respeito, paciência, capacidade de perdão e sentido de compromisso. Foi assim que vivi 64 anos de vida conjugal, de partilha, de cumplicidade, com a minha querida Hermínia que Deus levou, fez um ano, há uma semana.

Tudo isso aprende-se, sobretudo, em casa, pelo exemplo e pela palavra. Cabe aos pais ajudar os filhos a compreender que o amor não é apenas sentimento, mas também decisão, responsabilidade e fidelidade. Uma família sólida constrói-se muito antes do casamento, na forma como se educa, se conversa e se transmite valores,

até mesmo nas conversas entre pais e filhos, à mesa, durante as refeições.

Aos jovens católicos, digo-vos isto: não tenhais medo da vossa Fé. Ela não vos afasta do mundo, antes vos dá critérios para nele viver com dignidade. Num tempo em que tudo parece negociável, sejam aqueles que não negoceiam a honestidade. Num tempo em que muitos procuram atalhos, escolhei o caminho mais longo, mas mais seguro.

Aprendi, ao longo da vida, que o carácter se constrói nos pequenos gestos, na forma como se chega ao trabalho, como se trata quem depende de nós, como se decide quando ninguém fiscaliza.

Foi assim que procurei exercer as funções que me foram confiadas, fosse como simples aspirante, fosse como responsável por decisões difíceis. Nunca me pertenci a mim próprio. Pertenci sempre ao dever.

Se este livro tiver algum sentido para quem o lê, desejo que seja este: mostrar que é possível viver com integridade, mesmo em tempos adversos. Que é possível servir sem se corromper. Que é possível crer sem impor. Que é possível envelhecer em paz com a consciência tranquila.

O futuro pertence-vos. Construí-o com coragem, com estudo, com fé e com sentido de responsabilidade. O mundo precisa menos de discursos e mais de homens e mulheres que façam bem o que lhes cabe fazer.

Se consegui transmitir-vos isso, então estas páginas cumpriram a sua missão.

João Correia

Maputo, aos 30 de Janeiro de 2026

90 ANOS: VIDA E MEMÓRIAS DE JOÃO CORREIA

1ª edição: 2026 (versão impressa)

Nº de registo legal: DL/BNM/2209/2025

João Correia nasceu a 30 de Janeiro de 1936, tendo atravessado quase um século da história de Moçambique, vivendo de perto as transformações sociais, políticas e administrativas do nosso País, sempre com a discrição de quem prefere o trabalho bem feito ao reconhecimento público.

Inspector e director das Finanças, exerceu funções de elevada responsabilidade num período exigente da administração pública, distinguindo-se pelo respeito escrupuloso pela lei, pela ética profissional e pela capacidade de formar e orientar gerações mais jovens.

O seu percurso revela um funcionário do Estado que acreditava que a autoridade se exerce com exemplo, justiça e humanidade.

Neste seu primeiro livro de memórias, compreendendo o período até ao ano anterior à Independência, João Correia partilha, com simplicidade e lucidez, episódios da infância, da vida familiar, do percurso profissional e das cidades por onde passou, oferecendo aos leitores um testemunho raro sobre o quotidiano do serviço público, os desafios da vida privada e os valores que sustentam uma existência íntegra.

Mais do que uma biografia, esta obra é um retrato de carácter e de memória colectiva, um convite à reflexão sobre o sentido do trabalho, da responsabilidade e do compromisso com o bem comum.

João Correia equaciona a possibilidade de publicar um segundo livro de memórias, compreendendo a sua vida profissional e pessoal, de 1975 até aos dias de hoje.